



Revista de Gestão Ambiental e
Sustentabilidade

E-ISSN: 2316-9834

revistageas@uninove.br

Universidade Nove de Julho
Brasil

Rocha dos Santos, Rodolfo; da Silva Macedo, Marcelo Alvaro; Lima Marques,
Alessandra; Flach, Leonardo
A UTILIZAÇÃO DO SHADOW E DO SILENT REPORTS COMO INSTRUMENTOS DE
EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS: O CASO DA USINA
HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE

Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, vol. 5, núm. 2, mayo-agosto, 2016, pp. 1
-18

Universidade Nove de Julho
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=471647049002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



A UTILIZAÇÃO DO SHADOW E DO SILENT REPORTS COMO INSTRUMENTOS DE EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS: O CASO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE

Recebido: 17/11/2015

Aprovado: 31/03/2016

¹Rodolfo Rocha dos Santos

²Marcelo Alvaro da Silva Macedo

³Alessandra Lima Marques

⁴Leonardo Flach

RESUMO

O *Shadow* (sombra) e o *Silent* (silencioso) *Reports* são dois instrumentos sugeridos para a melhoria da divulgação das informações socioambientais. Esta pesquisa tem como objetivo analisar a partir do *shadow* e *silent reports* as informações socioambientais divulgadas pela empresa Norte Energia S.A. sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na Volta Grande do Xingu. Neste estudo, de característica qualitativa e descritiva, foram coletados e analisados os seguintes dados para a construção dos relatórios sombra e silencioso: o tratamento das contingências socioambientais; a mitigação dos impactos ambientais – o impacto na ictiofauna (peixes) da Volta Grande do Xingu; crescimento populacional do município de Altamira. Constatou-se que houve um tratamento dentro da realidade por parte da Norte Energia S.A., e que as normas brasileiras de contabilidade foram obedecidas quanto ao tratamento das contingências. Há um caráter experimental a respeito dos projetos de mitigação dos impactos ambientais ocasionados na ictiofauna da região. Identificou-se também uma divergência significativa entre o relatório sombra e o relatório silencioso em relação ao crescimento populacional do município de Altamira.

Palavras-chave: Relatório Sombra; Relatório Silencioso; Evidenciação Ambiental.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Brasil
E-mail: rodolfo.rocha87@hotmail.com

² Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Brasil
E-mail: malvaro.facc.ufrj@gmail.com

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Brasil
E-mail: alessandramarques@facc.ufrj.br

⁴ Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Brasil
E-mail: leoflach@cse.ufsc.br



THE USE OF SHADOW AND SILENT REPORT AS DISCLOSURE TOOLS FOR ENVIRONMENTAL INFORMATION: THE CASE OF THE BELO MONTE HYDROELECTRIC PLANT

ABSTRACT

The Shadow Report and the Silent Report are two suggested tools to improve the environmental information. This research aims to analyze the shadow and silent reports disclosed by the Norte Energia corporation about the construction of the Belo Monte hydroelectric plant in Volta Grande do Xingu. In this study, qualitative and descriptive characteristics were collected and analysed. The following data were analysed for the construction of Shadow and Silent Reports: the treatment of environmental contingencies; the mitigation of environmental impact - the impact on

Volta Grande do Xingu's ichthyofauna (fish); population growth in the region of Altamira. We found that the Brazilian accounting standards have been followed by Norte Energia. There is a trial basis about the mitigation projects of environmental impact on fish on the region. We also identified a significant divergence between the Shadow and Silent Report findings with relation to population growth in the region of Altamira.

Keywords: Shadow Report; Silent report; Environmental Disclosure.

EL USO DE SOMBRA E INFORMES SILENCIOSOS COMO INSTRUMENTOS DE DIVULGACIÓN DE LAS INFORMACIONES AMBIENTALES: EL CASO DE LA PLANTA HIDROELECTRICA DE BELO MONTE

RESUMEN

El Shadow (sombra) y Silent (silenciosos) Reports son dos instrumentos sugeridos para mejorar la divulgación de las informaciones ambientales. Esta investigación tiene como objetivo analizar desde El shadow y silent reports las informaciones ambientales divulgadas por la empresa norte Energía S.A. en la construcción de la planta hidroeléctrica de Belo Monte en Volta Grande do Xingu. En este estudio, cualitativo y descriptivo, se recogerán y analizarán los siguientes datos para la construcción de los informes de sombra y silencio: El tratamiento de contingencias socio ambientales; mitigación de impactos ambientales - el impacto en la fauna (peces) de la Volta Grande do Xingu; crecimiento

de la población del municipio de Altamira. Se observó que había un tratamiento dentro de la realidad de Norte Energía S.A., y que las normas brasileiras de contabilidad experimentales no han sido seguidas cuanto al tratamiento de contingencias. Hay un carácter experimental en proyectos de mitigación de impactos ambientales causados en la fauna. También identificaron una divergencia importante entre la sombra y el silencio informe en relación con El crecimiento de la población del municipio de Altamira.

Palabras clave: Informe Sombra; Informe de silencio; Divulgación de información ambiental.



INTRODUÇÃO

Uma maior preocupação com o meio ambiente por parte da sociedade em geral faz com que as organizações sejam pressionadas a divulgar informações que demonstrem sua interação com o meio ambiente. Diante desse cenário, a comunidade científica e a sociedade vêm empreendendo esforços com o intuito de promover a melhoria da transparência das empresas quanto às informações de evidenciação ambiental.

De acordo com Rosa *et al.* (2011), as empresas utilizam a evidenciação ambiental para prestar contas à sociedade em geral. Monteiro (2007) demonstra que a comunicação de caráter ambiental vem chamando a atenção não somente dos usuários da informação (*stakeholders*) com distinto poder de decisão sobre a empresa, mas também de pesquisadores da área da Contabilidade social e ambiental. Lins e Silva (2010) ainda afirmam que a evidenciação exerce uma importante função de comunicação sobre o desempenho empresarial e seus *stakeholders*. Portanto, possui papel essencial na redução da assimetria de informação entre os gestores e aqueles que possuem interesse na empresa, principalmente os investidores.

Nas últimas décadas houve uma ascensão das práticas de evidenciação ambiental como forma de procurar atender aos anseios dos usuários desse tipo de informação, não mais restrita ao nível organizacional do processo decisório corporativo (Moreira, 2012). Nesse sentido, a Contabilidade auxilia a suprir informações desse âmbito.

Como forma de controlar, reduzir ou minimizar impactos socioambientais, surge a concepção de um modelo básico para as contas de silêncio (*silent*) e de sombra (*shadow*) que integrem padrões e formatos de divulgação (Collison *et al.*, 2010).

Os relatórios sombra e silencioso configuram técnicas que a contabilidade utiliza para identificar diferenças entre o desempenho socioambiental observado pelos usuários interessados nas atividades da empresa (*shadow report*) e o desempenho que as empresas alegam ter alcançado por meio de suas demonstrações e relatórios divulgados publicamente (*silent report*). A sua construção, de acordo com Moreira (2012), é uma importante ferramenta para a melhoria da divulgação de informações socioambientais por parte da Contabilidade.

O surgimento dos relatórios sombra e silencioso deve-se ao potencial emancipatório e seus efeitos educativos sobre a qualidade dos reportes socioambientais corporativos que ambos proporcionam (Dai, 2010). O fato de as informações utilizadas em ambos os relatórios já se encontrarem disponíveis em fontes públicas torna sua construção uma atividade econômica por parte da Contabilidade.

Dessa maneira, de acordo com o contexto apresentado, o presente trabalho tem como objetivo analisar as informações socioambientais divulgadas pela empresa Norte Energia S.A., a partir da construção de uma proposta adaptada do *shadow* e *silent reports*. No presente artigo optou-se primeiro pela construção do *shadow report* e com base em suas informações construiu-se o *silent report* utilizando-se a metodologia “*corte-e-cola*” conforme Hamling *et al.* (2006) e Moreira (2012). Dessa maneira, preservam-se os anseios dos principais interessados em informações desse caráter, no caso os *stakeholders* (Hamling *et al.*, 2006; Moreira, 2012). A escolha da Norte Energia S.A. deu-se por conta da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e todos os impactos socioambientais que uma construção de tal magnitude traz consigo.

Assim, a pesquisa pode contribuir para a disseminação do conhecimento e ampliação das práticas de transparência socioambiental. Os resultados desta pesquisa subsidiam as divulgações das informações socioambientais por parte da contabilidade.

REVISÃO DE LITERATURA

Moreira (2012) chama a atenção para práticas de evidenciações ambientais obrigatórias e voluntárias. Os defensores da evidenciação obrigatória afirmam que a regulamentação da divulgação ambiental melhora a qualidade da prestação de contas ambiental, por garantir um mínimo de divulgação das informações desse caráter (Maltby, 1997). Desse modo, a regulamentação incita as empresas no sentido de melhorar sua eficiência, abraçar e desenvolver tecnologias, ou aperfeiçoar as existentes, e uma consciência ambiental corporativa (Moreira, 2012). Os autores que defendem esse tipo de divulgação enfatizam a necessidade de um quadro jurídico de base, a fim de promover um nível de sofisticação comparável com os sistemas de relatórios financeiros obrigatórios (Hahn; Kühnen, 2013). Porém, Ribeiro (2009) aponta que uma das maiores desvantagens da evidenciação ambiental obrigatória está no aspecto da conformidade, a qual se refere à limitação de a divulgação ficar restrita somente ao que é exigido pela regulamentação, resultando na não divulgação ambiental voluntária por parte das empresas.

Quanto às motivações a favor da evidenciação ambiental voluntária é que um relatório obrigatório não poderia suprir as demandas informacionais diversas de todos os *stakeholders* (Azzone *et al.*, 1997). De acordo com Holland & Foo (2003), a informação voluntária pode apresentar mais transparência em relação à divulgação por pressões regulatórias. Moreira (2012) afirma que a evidenciação voluntária proporciona inovações e a busca por valores fundamentais. Já



Pereira, Luz & Carvalho (2015) afirmam que, de acordo com a teoria da divulgação voluntária, somente as empresas que obtiveram desempenho ambiental positivo estariam realizando a divulgação voluntária das informações ambientais, e aquelas que obtiveram desempenho negativo optariam por não se expor. Levy *et al.* (2010) ainda criticam as diretrizes dos relatórios voluntários por conta de serem muito genéricos, sem medidas quantificáveis, portanto, não satisfazem as necessidades de informações dos *stakeholders*. De acordo com Hahn & Kühnen (2013), os autores que repreendem o uso da evidenciação voluntária a questionam por conta da possível falsa imagem da governança corporativa passada aos *stakeholders*.

Dentro das limitações das posições sobre o caráter da evidenciação ambiental, ainda há certa resistência por parte das empresas em divulgar seus informes sociais. Porém, verificou-se, nos relatórios anuais divulgados pelas organizações, a existência não desprezível de informações silenciosas que representaram uma reconstrução social interessante delas (Gibson *et al.*, 2001).

Tendo em vista que a responsabilidade social é um acordo entre a empresa e seus *stakeholders*, o relatório silencioso e o relatório sombra surgem a fim de fornecer informações aos usuários, tanto do ponto de vista da empresa (silencioso) quanto do ponto de vista dos *stakeholders* (sombra) (Zikri, 2009).

De acordo com Dai (2010), o *shadow* e o *silent reports* consistem em uma técnica da contabilidade em que grupos ou indivíduos fornecem um relatório alternativo sobre a prática de uma organização. Tais relatórios, que normalmente contêm informações negativas elaboradas a partir da mídia e da população, são uma força alternativa ou meios para desafiar corporações através de relatórios sociais e ambientais que muitas vezes revelam a seleção de “boas notícias” (Bebbington *et al.*, 2007; Dey, 2003; Ruffing, 2007; Dai, 2010). Dessa maneira, o relatório sombra e o relatório silencioso podem fornecer novos *insights* sobre os impactos sociais e ambientais de uma organização e revelar contradições entre o que eles escolhem relatar e o que eles escolhem omitir ou suprimir (Collison *et al.*, 2010).

Segundo Moreira (2012), relatório sombra é um dos métodos utilizados pela contabilidade para construir mais informações que auxiliem os *stakeholders* em suas perspectivas sobre as práticas e ações de uma empresa, em que grupos ou indivíduos fornecem relatórios alternativos. É a partir do contraste entre o relatório socioambiental oficial da entidade e qualquer informação relevante sobre a empresa divulgada por meio de canais externos de comunicação e mídia que se constrói o relatório sombra.

A construção do relatório silencioso se dá por meio da comparação entre o relatório socioambiental corporativo oficial e informações divulgadas pela

própria entidade por outros canais de comunicação, canais esses de domínio público (Dey, 2003). Moreira (2012) complementa que o relatório silencioso representa o relato e o discurso da entidade sobre suas atividades socioambientais declarados por ela.

Os relatórios sombra e silencioso têm como objetivo identificar as diferenças no que diz respeito ao desempenho socioambiental percebido por terceiros e o desempenho socioambiental que as entidades afirmam atingir por meio de suas contas e relatórios divulgados publicamente, e melhorar a transparência da informação contábil (Dey, 2003). Porém, o objetivo explícito para identificar essas diferenças não é a única expectativa dos acadêmicos de contabilidade quanto ao uso dos relatórios sombra e silencioso, em que eles também podem auxiliar a combater o discurso hegemônico dos relatórios socioambientais corporativos que configuram a realidade atual (Bebbington *et al.*, 2007; Dai, 2010). Bebbington *et al.* (2007) esclarecem que esse objetivo consiste em alargar o número e os tipos de histórias que são contadas e os atores que as dizem, em vez de substituir uma história existente. O autor ainda complementa que o *shadow* e o *silent reports* podem ser vistos como uma forma eficaz para antagonizar corporações, quebrando esse monopólio da divulgação, desenvolver capacidades reforçadas para a reflexão crítica e para, eventualmente, conseguir um efeito emancipatório e educativo.

Dey (2003) afirma que uma das justificativas da elaboração de ambos os relatórios é o seu custo/benefício favorável, por conta de não necessitar de trabalhos dispendiosos para sua concepção. Eles podem ser produzidos rapidamente e em grande quantidade, já que não existe a necessidade de nenhum acesso ou permissão a dados e informações da organização investigada. O autor evidencia que é na identificação das informações de caráter socioambiental no conjunto dos relatórios anuais, demonstrações financeiras e demais documentos societários que se tem o ponto de partida para a construção do relatório silencioso. Não há, portanto, qualquer ruído ou interferência externa (extracorporativa) a essa comunicação realizada pela corporação ao público e para as partes interessadas. Moreira (2012) diz que tal abordagem demonstra o quanto pode ser barato, simples e rápido agrupar as informações necessárias, a partir dos dados da própria entidade em questão, para se construir o relatório silencioso.

Um dos desafios a serem superados em relação ao relatório silencioso, apontado por Dey (2003), é que o padrão de adesão a um exercício social adotado pela classe contábil pode vir a ser um empecilho no que diz respeito a termo de coleta e organização de informações socioambientais divulgados pela entidade.



Como evidencia Dey (2003), não há um método específico para a elaboração dos relatórios sombra e silencioso. Esse tipo de padronização está em construção, porém pode-se extrair algumas contribuições importantes a partir de experiência de alguns autores.

Um exemplo disso foi o trabalho apresentado por Hamling *et al.* (2006), em que os autores adotaram o processo de “cortar-e-colar” dos relatórios da entidade divulgados, a fim de reduzir a possível influência de vieses dos autores na elaboração do relatório silencioso.

O relatório sombra é elaborado com base em informações externas e independentes do controle da organização, construído por diversas fontes e canais de comunicação diferentes como: relatórios externos, reportagens, informações de terceiros em geral etc., ressaltando que não sejam informações publicadas pela empresa e voltadas para o público interessado em seus relatórios (Zikri, 2009; Collison *et al.*, 2010).

Com o relatório sombra, muda a perspectiva antes voltada para a organização, e as prestações de contas passam a ser mais independentes e com uma visão voltada aos anseios dos *stakeholders* (Moreira, 2012). O autor levanta a questão de o relatório sombra ter um caráter subjetivo e litigioso e de que há a necessidade da confiabilidade das informações utilizadas para sua concepção. O tipo e porte da entidade em questão também são variáveis que influenciam consideravelmente nesse aspecto.

Nesse sentido, por possuir essa natureza suscetível à subjetividade, que pode acarretar a distorção desse relatório, os autores sugerem o empreendimento de esforços no que diz respeito à diversificação das fontes de coleta de dados e pulverização do horizonte de captura das informações na finalidade de garantir alguma imparcialidade ao âmago do relatório sombra (Hamling *et al.*, 2006).

Gibson *et al.* (2001), os formuladores da proposta dos relatórios sombra e silencioso, aplicaram essa proposta para cinco empresas do Reino Unido, sem emitirem nenhuma opinião sobre as informações publicadas, tanto no relatório sombra quanto no relatório silencioso. O intuito de Gibson *et al.* (2001) era verificar as possíveis reações, tanto das empresas exploradas quanto dos *stakeholders* envolvidos, quando da construção de tais relatórios. Eles constataram que profissionais de Organizações Não Governamentais (ONG) e de Investimento Socialmente Responsável (ISR) expressaram interesse nesse tipo de informação, justificando a continuidade dos seus projetos.

Hamling *et al.* (2006) construíram um relatório sombra e silencioso para a empresa de aviação irlandesa Ryanair sobre quatro vertentes socioambientais: emprego, clientes, comunidade e meio ambiente. No que diz respeito ao emprego, os

autores perceberam que a Ryanair prioriza suas metas de alcançar lucros e praticar tarifas baixas em detrimento de manter e criar boas relações com seus funcionários. Quanto à vertente clientes, percebeu-se uma relutância da empresa de mudar suas políticas de atendimento ao cliente, mesmo que a companhia tenha sido citada em uma pesquisa de viajantes de todo o mundo como a pior companhia aérea. Em relação à comunidade, as práticas adotadas pela Ryanair em atingir eficiência surtiram efeitos positivos quanto aos impactos na comunidade. Por fim, quanto ao meio ambiente, os autores perceberam que, por querer se tornar uma empresa de máxima eficiência e maximização de lucro, os impactos ambientais positivos são apenas um bônus, um efeito da utilização de tecnologia de menor impacto ambiental. Hamling *et al.* (2006) enfatizam que a Ryanair nunca priorizou o meio ambiente em seus objetivos.

Zikri (2009) aplicou a proposta do relatório sombra e silencioso para a empresa Freeport – McMoran Copper & Gold Inc., empresa do ramo de mineração e exploração de ouro, cobre e molibdênio. O estudo da autora se concentrou sobre a filial da empresa em Papua, na Indonésia, por conta dos danos ambientais ocasionados pela entidade e denunciados pela sociedade. A autora chegou à conclusão de que o sistema de gestão ambiental da empresa não evita a ocorrência dos impactos ambientais. A Freeport declarou que, pelo sistema de gerenciamento de rejeitos, o local pode ser recuperado com vegetação natural ou usado para cultivo. Entretanto, Zikri (2009) percebeu que na realidade alguns rios estão contaminados com poluentes químicos.

Dai (2010) buscou verificar os impactos do relatório sombra e relatório silencioso sobre os relatórios socioambientais de algumas organizações. Os impactos de ambos os relatórios foram investigados de acordo com a existência, natureza e eficácia dos impactos, respectivamente. Para tanto, o autor valeu-se de relatórios sombras criados por o que ele chamou de dois *sites*. O *Site* um foi o relatório sombra criado pela ONG Save Happy Valley Coalition (SHVC) para a empresa Solid Energy New Zealand Ltd (Solid Energy). O *Site* dois, composto por relatórios sombra promovidos pelas ONGs Action on Smoking, Health (ASH), Friends of the Earth (FoE) e Christian Aid sobre a segunda maior empresa de tabaco do mundo, a British American Tobacco (BAT). O autor conclui que o relatório sombra tem a capacidade de realizar mudanças nos relatórios socioambientais corporativos. Quanto ao *site* um, o autor mostrou que quatro das sete questões estudadas apresentaram um razoável progresso imediato e contínuo nos relatórios corporativos pós-relatório sombra. Já no *site* dois, quatro das cinco questões levantadas pelo relatório sombra alcançaram fortes respostas logo no relatório posterior da BAT.



A Utilização do Shadow e do Silent Reports Como Instrumentos de Evidenciação das Informações Socioambientais: O Caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte

Moreira (2012) aplicou uma proposta adaptada do relatório sombra e silencioso para o setor elétrico como instrumento de melhoria da qualidade informacional dos repórteres sobre o desempenho socioambiental de um grupo de empresas do sistema Eletrobrás. O autor identificou um baixo nível de prestações de contas socioambientais na comparação e verificação entre o que a corporação comunica e o que divulgam fontes de terceiros.

Assim, com base no assunto abordado sobre os impactos socioambientais e a responsabilidade da contabilidade quanto às práticas de evidenciação ambiental e social, esta pesquisa tem o intuito de aplicar uma proposta adaptada do relatório sombra e do relatório silencioso. Tais relatórios podem exercer um papel de suporte para os principais interessados nas ações socioambientais das entidades e seus impactos, podem contribuir no desenvolvimento e aperfeiçoamento da qualidade da informação divulgada pela Norte Energia S.A.

METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como predominantemente descritiva quanto aos objetivos. Quanto aos procedimentos adotados, a mesma se caracteriza como documental, e baseia-se nas reportagens de fontes de informações externas, relatórios e documentos divulgados pela empresa. Sobre a abordagem do problema, a pesquisa se caracteriza como qualitativa, pois requer a compreensão da natureza de um fenômeno social (Raupp; Beuren, 2003).

Esta pesquisa teve como escolha de objeto de pesquisa a empresa Norte Energia S.A., empresa de propósito específico, propósito esse de construir e gerir a concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na Volta Grande do Xingu. A pesquisa limitou-se a explorar informações de cunho socioambiental conforme definição do Pacto Global da ONU (Moreira, 2012).

A proposta da Hidrelétrica de Belo Monte é voltada de grande controvérsia graças à grandiosidade

do projeto e seus prováveis impactos que a construção que uma hidrelétrica desse tamanho pode gerar no meio ambiente e na população ao seu entorno (Fearnside, 2010).

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte será a terceira maior hidrelétrica do mundo, e está cercada de inúmeras pressões sociais e polêmicas em torno de sua construção. Tal fato motivou a realização desta pesquisa, devido aos impactos socioambientais que uma obra dessa magnitude ocasiona. Limitou-se um corte temporal de janeiro de 2013 a dezembro de 2013, com exceção de uma informação extraída em 03 de setembro de 2014 utilizada no Quadro 07 desta pesquisa. O levantamento de dados ocorreu via *internet* pela facilidade de acesso aos dados e baixo custo para divulgação das informações de natureza socioambiental, tanto para a construção do *shadow report* quanto para o *silent report*.

Vale ressaltar que, ao se elaborar os relatórios sombra e silencioso da empresa Norte Energia S.A., primeiro construiu-se o relatório sombra com origem em informações que, a priori, refletem os interesses dos *stakeholders* no cunho das informações socioambientais. Assim, manteve-se o propósito de fornecer informações de acordo com os anseios dos principais interessados por tais informações. Caso contrário, ter-se-ia o risco de a pesquisa não dispor do senso crítico necessário, dado que o relatório silencioso poderia estar repleto de informações que não ditam os principais interesses dos *stakeholders*, principalmente aqueles com menor poder de influência (Hamling *et al.*, 2006; Moreira, 2012).

Para a compilação do relatório sombra procurou-se usar o maior número de informações possíveis de terceiros, tanto de fontes de abrangência nacional quanto de abrangência regional e local, a partir de canais de órgãos públicos e empresas privadas de informação a fim de se manter uma maior imparcialidade (Dey, 2003; Moreira, 2012).

Para a construção do relatório sombra foram selecionados os seguintes canais de informações tanto de abrangência nacional quanto regional:

Quadro 01 – Relação dos canais de informações externos

Jornais de abrangência nacional	SÍTIO
Folha de S. Paulo	http://www.folha.uol.com.br/
O Estado de S. Paulo	http://www.estadao.com.br/
Blog	
Blog da Hidrelétrica Belo Monte	http://blogbelomonte.com.br/
Agências reguladoras estaduais de serviços públicos	
Ministério Público do Pará	http://www.mppa.mp.br/
Procuradoria da República do Pará	http://www.prpa.mpf.mp.br/
Prefeitura de Altamira	http://altamira.pa.gov.br/portal/

Fonte: elaboração própria



A Utilização do Shadow e do Silent Reports Como Instrumentos de Evidenciação das Informações Socioambientais: O Caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte

Vale ressaltar que foram utilizados canais de informação de abrangência local (como Altamira Hoje e OXingu), mas ambos replicavam informações de canais de informação com maior circulação, como a *Folha de S. Paulo* e do próprio Ministério Público do Pará.

A busca de informações se limitou no uso das terminologias “Norte Energia”, “Belo Monte” e “Altamira” no sistema interno de cada sítio consultado. Foi feito o uso do sinal gráfico de aspas nos termos para que nos resultados apresentassem no texto a citação da referida expressão (Moreira, 2012). Após a busca foi feita a leitura de cada notícia que incluísse os termos pesquisados e dentre elas selecionaram-se as de cunho socioambiental relacionadas com a empresa Norte Energia S.A. Posteriormente, foram selecionadas as

seguintes informações socioambientais: o tratamento das contingências socioambientais; mitigação dos impactos ambientais – o impacto na ictiofauna (peixes) da Volta Grande do Xingu; crescimento populacional no município de Altamira. Vale ressaltar que essas variáveis foram também utilizadas por Moreira (2012), com exceção do crescimento populacional. Esta última foi selecionada por conta de inúmeros impactos ocasionados por tamanho crescimento populacional no município de Altamira.

A partir das informações do relatório sombra foi construído o relatório silencioso, utilizando a metodologia de “corta-e-cola” aplicada por Hamling *et al.* (2006) e Moreira (2012), para reduzir possível viés provocado pela influência dos autores na construção do devido relatório.

Quadro –2 – Shadow e Silent Report

Perspectiva	Variáveis	Fonte
Shadow Report	Contingência Socioambiental – Buscaram-se notícias sobre processos de caráter social ou ambiental movidos pelo Ministério Público do Estado do Pará contra a Norte Energia S.A.	http://www.mppa.mp.br/ http://www.prpa.mpf.mp.br/
	Impacto na Ictiofauna - Tendo a pesca e a venda de peixes ornamentais como principais fontes de renda da população ribeirinha da Volta Grande do Xingu, e os grandes impactos ocasionados na fauna de peixes por uma construção desse caráter como a de Belo Monte, buscaram-se notícias em canais de terceiros que remetesse aos impactos na ictiofauna da região.	http://www.folha.uol.com.br/ http://www.estadao.com.br/ http://blogbelomonte.com.br/ http://altamira.pa.gov.br/portal/
	Crescimento Populacional - Um dos impactos gerados pela construção do empreendimento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte foi a migração populacional para o município de Altamira (maior município na região da Volta Grande do Xingu), o que acarreta inúmeros impactos no município, que não apresenta uma infraestrutura adequada para tanto. Buscaram-se notícias em canais de terceiros que remetesse ao crescimento populacional desenfreado no município de Altamira.	http://www.folha.uol.com.br/ http://www.estadao.com.br/ http://blogbelomonte.com.br/ http://altamira.pa.gov.br/portal/
Silent Report	Contingência Socioambiental – Buscou-se nas Demonstrações Financeiras da Norte Energia S.A., principalmente em seu Balanço Social, o tratamento das contingências de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 25. Também se procuraram notícias de cunho no canal de relacionamento com investidor da empresa.	http://norteenergiasa.com.br/site/
	Impacto na Ictiofauna – Buscaram-se notícias divulgadas pela empresa Norte Energia S.A. em seu canal de relacionamento com o investidor e em seus relatórios financeiros (Demonstrações Financeiras, Balanço Social, Relatório da Administração) notícias, notas ou algum tipo de evidência sobre o andamento dos projetos de mitigação dos impactos ambientais na ictiofauna da Volta Grande do Xingu.	http://norteenergiasa.com.br/site/
	Crescimento Populacional – Buscaram-se notícias divulgadas pela Norte Energia S.A. em seu canal de relacionamento com o investidor sobre ao crescimento populacional do município de Altamira e/ou alguma justificativa para tanto.	http://norteenergiasa.com.br/site/

Para a construção do relatório silencioso foram utilizadas informações divulgadas pela própria empresa Norte Energia S.A. em seus canais de informações e

relação com o investidor (<http://norteenergiasa.com.br/site/>), bem como os relatórios divulgados pela entidade.



A Utilização do Shadow e do Silent Reports Como Instrumentos de Evidenciação das Informações Socioambientais: O Caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte

Vale ressaltar que a metodologia do presente estudo teve como base as metodologias aplicadas por Gibson *et al.* (2001), Hamling *et al.* (2006) e Moreira (2012).

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Usina Hidrelétrica de Belo Monte e a Norte Energia S.A.

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE de Belo Monte) está em construção na Volta Grande do Rio Xingu, região amazônica que já se encontra em estágio avançado de ocupação. Isso acarreta, além dos impactos ambientais causados por um empreendimento desse tamanho e dessa natureza, impactos sociais desproporcionais (Leite *et al.*, 2013).

Uma barragem será construída a quarenta quilômetros do município de Altamira. Estudos apontam que ela causará a inundação permanente do leito do rio, que atualmente só alaga por inteiro nos períodos de cheias. Por conta da barragem, a sequência do rio posterior a ela passará a ter sua vazão completamente reduzida, ficando com o fluxo definitivo que hoje ele tem somente nos períodos de secas, afetando diretamente as populações indígenas e ribeirinhas que vivem ao longo do rio e que dependem dele para sobreviver (Leite *et al.*, 2013).

Quando houve o leilão em 20 de abril de 2010 para a concessão da construção da UHE de Belo Monte, coube à Norte Energia S.A. a outorga por um prazo de

35 anos. O Ibama concedeu a licença prévia de Belo Monte em 01/02/2010. Essa licença foi concedida a partir do cumprimento de um conjunto de condicionantes exigidos. Isso resultou em um Projeto Básico Ambiental (PBA), que prevê dezenas de programas, tais como: a construção de escolas e postos de saúde, instalação de redes de água e esgoto em Altamira e Vitória do Xingu; monitoramento da qualidade da água e das populações de peixes; detalhamento de um sistema de transposição de barcos no barramento de Pimental. Nunca foi feito um programa de mitigação tão ambicioso quanto esse na história da construção de barragens no Brasil. É previsto um gasto de mais de R\$ 4 bilhões somente para tais programas de mitigações socioambientais (Leite *et al.*, 2013).

Relatório Sombra x Relatório Silencioso

O relatório sombra que será apresentado nesta pesquisa foi feito a partir de informações de terceiros. O relatório silencioso foi elaborado com informações divulgadas pela própria Norte Energia S.A. Em seguida, realiza-se uma comparação entre os dois relatórios.

Tratamento das Contingências Socioambientais

O quadro 3 diz respeito à construção do relatório sombra quanto aos processos judiciais levantados contra a empresa Norte Energia S.A.

Quadro 03 - *Shadow Report* das contingências socioambientais

Nº	Shadow Report	Natureza	Referência
1	<p>O Ministério Público Federal pediu à Justiça Federal que aplique imediatamente uma multa de R\$ 500 mil por dia contra a Norte Energia S.A., que não cumpriu os acordos que assinou com indígenas em outubro de 2012 para garantir a desocupação dos canteiros de obras de Belo Monte. Na madrugada de 21/03 houve nova ocupação e a obra está mais uma vez parada por manifestação dos atingidos pela obra, inclusive os indígenas.</p> <p>A manifestação da Norte Energia à Justiça Federal depois dessa determinação não nega que o acordo foi descumprido e elenca uma série de fatores externos como motivos para os atrasos. A empresa também diz que a multa não é razoável. Para o MPF, a multa é razoável e deve ser aplicada imediatamente, porque as obrigações já faziam parte da licença que a empresa recebeu do Ibama em junho de 2011 e houve liberação de mais de R\$ 20 bilhões pelo BNDES para o empreendimento.</p> <p>O processo tramita com o número 0001618-57.2011.4.01.3903.</p>	Social	Ministério Público Federal (Procuradoria da República do Pará) http://www.prpa.mpf.mp.br/21/03/2013
2	<p>O Ministério Público Federal (MPF) moveu hoje ação judicial contra a Norte Energia S.A. para obrigá-la a cumprir uma das condições de viabilidade de Belo Monte. A empresa se recusa a cumprir a obrigação de comprar terras para a comunidade indígena Juruna do Km 17. De acordo com a Licença Prévia (LP) concedida em 2009 para a obra, sem a aquisição de terras a sobrevivência da comunidade, às margens de uma rodovia, ficaria ameaçada.</p> <p>De acordo com a Funai, o descumprimento dessa condicionante, “além de potencializar todos os impactos identificados nos estudos de impacto, favorece o</p>	Social	Ministério Público Federal (Procuradoria da República do Pará) http://www.prpa.mpf.mp.br/05/09/2013



A Utilização do Shadow e do Silent Reports Como Instrumentos de Evidenciação das Informações Socioambientais: O Caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte

	<p>surgimento de outros”. “Por se tratar de uma condicionante prevista há mais de quatro anos, que deveria ter sido finalizada há pelo menos dois anos, antes da LI (Licença de Instalação), o revés provocado pela empresa e não definição fundiária compromete todas as ações previstas para a comunidade Juruna da Aldeia Boa Vista”, registra o órgão indigenista.</p> <p>Os impactos que estão se acumulando sobre a comunidade são graves. Muitos indígenas já estão se deslocando para os centros urbanos. “Esses indígenas vivem hoje na dependência absoluta do Município de Vitória do Xingu, através de vínculo de trabalho com escola que foi construída no local, em condições completamente alheias ao previsto no licenciamento”, diz o MPF na ação.</p> <p>A ação tramita na Vara Federal de Altamira com o nº 1655-16.2013.4.01.3903.</p>		
3	<p>A Norte Energia S.A. teve recurso negado na última semana contra decisão que determinou o pagamento de multa diária de R\$ 500 mil por descumprimento de acordo firmado com indígenas e ribeirinhos em audiência de conciliação sobre a usina de Belo Monte. A decisão, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), em Brasília, acata parecer do Ministério Público Federal (MPF).</p> <p>O parecer enviado à Corte pelo Ministério Público Federal foi contra o recurso e a favor das comunidades. “As obras realizadas, bem como o descumprimento das obrigações assumidas pela Norte Energia S.A., têm imenso impacto na vida, na cultura e na manutenção das inúmeras comunidades indígenas envolvidas e atingidas pelo empreendimento”, alerta a procuradora regional da República Eliana Torely.</p> <p>Ela defende que a multa fixada na decisão (R\$ 500 mil) é proporcional e razoável, tendo em vista a elevada capacidade financeira do consórcio e o fato de que a conduta omissiva da Norte Energia vem causando danos irreparáveis às comunidades indígenas e ribeirinhas atingidas.</p> <p>Processo nº: 0008123-65.2013.4.01.0000</p>	Social	Ministério Público Federal (Procuradoria da República do Pará) http://www.prpa.mpf.br/ 02/12/2013

Fonte: elaboração própria

Percebe-se, no ano de 2013, uma grande participação do Ministério Público Federal do Pará, representado pela Procuradoria da República do Pará, por conta do não cumprimento de diversas exigências feitas à Norte Energia S.A. para que a mesma obtivesse seus devidos licenciamentos. Não cabe ao objetivo

dessa pesquisa investigar as motivações do MP/PA, mas confrontar tais informações com o que é divulgado pela entidade.

No quadro 4 foi construído o relatório silencioso, a fim de fazer um contraponto a essas informações do relatório sombra.

Quadro 04 - *Silent Report* das contingências socioambientais

Nº	<i>Silent Report</i>	Natureza	Referência
1	<p>Um acordo firmado entre a Norte Energia S.A., empresa responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, e representantes de três aldeias indígenas da etnia Juruna resultou na liberação da estrada conhecida como Travessão 27, que dá acesso ao sítio Pimental, onde está sendo construída a casa de força auxiliar da hidrelétrica.</p> <p>O acordo definiu que a Norte Energia irá compensar as perdas sofridas pelos índios durante os meses de novembro e dezembro, quando a turbidez (cor) da água impediu a prática da captura de peixes artesanais nas aldeias Paquicamba, Muratu e Furo Seco. A atividade é uma das principais fontes de renda desses povos.</p> <p>Um contrato firmado de próprio punho por assessores da Norte Energia foi assinado ainda no Travessão do Km 27 pelos seis líderes indígenas, além de Roberto Camilo Oliveira, diretor da Norte Energia; e Francisco Brasil, representante da Fundação Nacional do Índio (Funai). Logo após o acordo, por volta das 18h da quarta-feira (7), a estrada que dá acesso ao Sítio Pimental foi liberada pelos índios, que voltaram para suas aldeias em transporte cedido pelo Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM).</p>	Social	Norte Energia S.A. http://norteenergiasa.com.br/ 10/01/2013



A Utilização do Shadow e do Silent Reports Como Instrumentos de Evidenciação das Informações Socioambientais: O Caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte

	<p>As compensações ambientais, sejam elas de qual natureza forem, estão previstas no Projeto Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI), documento que determina projetos e ações mitigadoras para a área de influência da construção da Usina. “Nesse caso (captura de peixes artesanais), nos deparamos com uma situação nova, mas que nem por isso deixou de ser resolvida com respeito e equilíbrio”, declarou o diretor Socioambiental da Norte Energia, Roberto Camilo Oliveira.</p>		
2	<p>A Norte Energia S.A. informa que, por volta das 19h40 da quinta-feira (09/05), 83 indígenas, sendo 77 da etnia Munduruku, da região de Itaituba, no Sudoeste do Pará, deixaram as instalações do Sítio Belo Monte em ônibus disponibilizados pela Empresa para levá-los de volta às suas terras na região do Tapajós, a 800 km de Altamira.</p> <p>A invasão dos indígenas da região do Tapajós durou uma semana, tendo sido iniciada na manhã de 02/05, quando os indígenas adentraram a portaria do sítio Belo Monte, chegando, inclusive, a confiscar veículos de trabalho da Empresa. Durante todo o período da ocupação, foram fornecidas refeições e assistência de saúde por parte da Empresa. Do total de 83 indígenas, 6 eram ribeirinhos e 40 eram mulheres e crianças.</p> <p>A saída ocorreu por decisão judicial de reintegração de posse do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1).</p>	Social	Norte Energia S.A. http://norteenergiasa.com.br/ 10/05/2013
3	<p>A Norte Energia S.A. informa que retomou as obras no Sítio Belo Monte nesta sexta-feira (31/05), após acordo na negociação entre os representantes do Governo Federal com os indígenas que invadiram o canteiro do sítio Belo Monte. A negociação possibilitou a retomada das obras no local.</p> <p>Os invasores continuarão alojados no escritório central, longe de qualquer área de produção pesada e, na próxima terça-feira (04/06), pela manhã, serão transportados a Brasília pela União, para reunião com o Governo Federal. O acordo garante a segurança dos trabalhadores e dos próprios invasores.</p> <p>Desde o início da manhã de hoje os operários estão retomando seus postos de trabalho, já que estão sendo divulgados avisos nas rádios e TVs locais para informar o reinício das obras.</p> <p>A Norte Energia informa que não participou na negociação, uma vez que o pleito dos invasores não é da alçada da empresa e a invasão já foi reconhecida pelo Poder Judiciário como ilegal.</p>	Social	Norte Energia S.A. http://norteenergiasa.com.br/ 03/06/2013
4	<p>12. Provisões</p> <p>A Companhia reconheceu um passivo contingente durante o exercício de 2013 no valor de R\$ 6.692, referente à aquisição e indenizações de benfeitorias de terrenos litigiosos na região atingida pela construção da usina. Tal provisão teve como contrapartida o grupo de contas de imobilizado.</p>	Social	Norte Energia S.A. (Demonstração Financeira) http://norteenergiasa.com.br/ 31/12/2013
5	<p>24. Demandas judiciais e administrativas</p> <p>Em 15 de fevereiro de 2012, em 24 de setembro e 1º de outubro de 2013, a Companhia foi autuada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (“IBAMA”) em relação a possíveis descumprimentos de condicionantes da Licença Ambiental de Instalação (“LI”) da UHE. De acordo com as autuações, os processos estão avaliados em R\$7.000, R\$3.000 e R\$2.700 respectivamente. O assunto não implica qualquer suspensão da referida licença, que continua válida, e, por isso, as obras e demais atividades do empreendimento seguem seu curso normal. Vale ressaltar que o próprio IBAMA, nos documentos que embasam a autuação, destacou que as desconformidades apontadas não implicam “reflexos ambientais negativos”.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía ação intentada pela Defensoria Pública do Estado do Pará, que pleiteia indenização por perdas e danos decorrentes do suposto atraso nas obras de reforma, ampliação e construção de escolas. O valor proposto na ação é de R\$ 100.000. Após tratativas com a Defensoria Pública, foi protocolizada petição na ação com proposta de acordo a ser celebrado. O eventual valor do acordo será em base menor ao proposto na ação. Com base em análises preparadas pela Administração e seus assessores jurídicos, o processo mencionado tem prognóstico de perda remota. Existem ações, de menor representatividade, nas quais a Companhia é parte envolvida, que com base em análises preparadas pela Administração e seus assessores jurídicos possuem prognóstico de perda possível:</p>	Social	Norte Energia S.A. (Demonstração Financeira) http://norteenergiasa.com.br/ 31/12/2013



A Utilização do Shadow e do Silent Reports Como Instrumentos de Evidenciação das Informações Socioambientais: O Caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte

<p>a) Ação movida pelo Ministério Público Federal do Pará no qual solicita a suspensão da Licença de Instalação por alegar o suposto não cumprimento das condicionantes da Licença Prévia nº 342/2010, valor estimado da perda é de R\$ 500.</p> <p>b) Ações referentes a indenizações pela desocupação e avaliações de benfeitorias nas propriedades desapropriadas no valor de R\$ 3.944.</p> <p>c) Ação do Ministério Público Federal que alega o descumprimento das condicionantes da licença ambiental, consistente na criação de uma reserva indígena para a comunidade Juruna no Km 17. Valor estimado da perda é de R\$ 100.</p> <p>d) Ação cautelar com pedido de liminar pela Associação de Criadores e Exportadores de Peixes Ornamentais de Altamira para ser mantida a pesca ornamental, suspendendo a construção da usina até que seja realizado laudo pericial. Valor estimado da causa R\$ 1.</p> <p>e) Ações trabalhistas no valor estimado de R\$ 90.</p>		
---	--	--

Fonte: elaboração própria

Os itens de número 1, 2 e 3 do relatório silencioso exposto no quadro 3 são notas divulgadas pela empresa Norte Energia S.A. no seu canal de comunicação no próprio site da entidade. Nelas não há como perceber alguma relação direta com os processos do MP/PA descritos no relatório sombra exposto no quadro 4.

Os itens de número 4 e 5 são as Notas Explicativas de número 12 e 24 das Demonstrações Financeiras da empresa Norte Energia S.A. referentes ao exercício social de 31 de dezembro de 2013. Na nota explicativa de número 12 a empresa reconhece um Passivo com Contingência de R\$ 6.692 (mil) no seu Balanço Patrimonial referente à aquisição e indenizações de benfeitorias de terrenos litigiosos na região atingida pela construção da usina, valor esse explícito no Balanço Patrimonial da empresa de mesma data. Já na nota explicativa de número 24 a empresa evidencia e reconhece outras demandas administrativas e judiciais. Nas referentes ações discriminadas na nota explicativa de número 24, pode-se fazer uma relação direta dos processos descritos nas letras a) e c) com os citados no relatório sombra.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Pronunciamento Técnico 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, quando se diz respeito a passivo contingente, somente os eventos possíveis de acontecer são explícitos em nota explicativa, e os prováveis de acontecer são reconhecidos no Balanço Patrimonial e em nota explicativa. Por esse motivo pode-se chegar à conclusão do não reconhecimento no Balanço Patrimonial das contingências geradas pelos processos descritos na nota explicativa de número 24 e relacionados com o relatório sombra, pois tiveram prognóstico de perda possível e não provável. Mas estão explicados em nota explicativa.

No Brasil, a evidenciação socioambiental não é compulsória, logo o *disclosure* é considerado

voluntário (Rover *et al.*, 2012). Porém, o CPC 25 exige a evidenciação de passivos e ativos contingentes, mesmo ele sendo de caráter socioambiental. Pode-se utilizar esse exemplo para justificar a defesa da divulgação obrigatória tida por Maltby (1997) e Levy *et al.* (2010). Mesmo com suas limitações, a obrigatoriedade da divulgação de passivos contingentes de caráter socioambiental permite que a lacuna da informação entre *stakeholder* e entidade seja menor. Consegue-se associar alguns itens do relatório sombra com o relatório silencioso.

Com exceção dessas três notícias e as Notas Explicativas de número 12 e 24 das Demonstrações Financeiras da empresa, não há nenhum outro tipo de informação que diz respeito a essa natureza divulgada pela Norte Energia S.A.

Mitigação dos impactos ambientais: o impacto na ictiofauna (peixes) da Volta Grande do Xingu

A população ribeirinha da Volta Grande do Xingu tem na pesca sua principal fonte de renda, e para obter uma renda extra mensal há o comércio de peixes ornamentais. Com a diminuição da vazão do rio, os peixes que dependem das cheias para sua sobrevivência serão atingidos, o que afetará diretamente o estilo de vida das pessoas que dependem do rio para sua sobrevivência.

O processo de licenciamento pelo Ibama resultou num Projeto Básico Ambiental (PBA), que prevê projetos voltados para a mitigação dos impactos ambientais dessa amplitude ocasionados pela construção da UHE de Belo Monte. Pelos estudos de impacto ambiental, cerca de 50% das espécies de peixes da região irão sofrer alterações na sua densidade e abundância por conta desse empreendimento.

No quadro 05 foi construído o relatório sombra, com os impactos na ictiofauna na região da Volta Grande do Xingu.



A Utilização do Shadow e do Silent Reports Como Instrumentos de Evidenciação das Informações Socioambientais: O Caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte

Quadro 05 - *Shadow Report* das mitigações dos impactos ocasionados na ictiofauna

Nº	Shadow Report	Natureza	Referência
1	<p>A passagem do Sítio Pimental vai achatar a amplitude notável dos pulsos de enchente e seca do Xingu, cuja vazão pode ultrapassar 20.000 m³/s entre dezembro e maio e despencar para 400 m³/s por volta de agosto/setembro, nos piores anos.</p> <p>Várias das espécies de peixes dependem das cheias para se alimentar e se reproduzir, invadindo a floresta inundada (igapós) para comer frutas e desovar em ambientes protegidos. Quando as turbinas da casa de força principal em Belo Monte estiverem funcionando, a partir de 2016, o vertedouro de Pimental garantirá uma vazão mínima na Volta Grande de 700 m³/s na seca, mas as cheias se limitarão a 4.000 m³/s e 8.000 m³/s, em anos alternados, a chamada “vazão sanitária”.</p>	Ambiental	Folha de S. Paulo http://www.folha.uol.com.br/16/12/2013
2	<p>O responsável pela gestão ambiental da Norte Energia é o engenheiro Antônio Neto. Ele diz não ter ideia do que vai acontecer com a queda da vazão média na enchente para os picos de 4.000 m³/s e 8.000 m³/s em anos alternados, nem com as espécies que dependem do pulso de cheia: “Se alguém diz que sabe o que vai acontecer, está mentindo”. Em outras palavras, Belo Monte é um grande experimento com a fauna e a flora da Volta Grande.</p>	Ambiental	Folha de S. Paulo http://www.folha.uol.com.br/16/12/2013
3	<p>A Norte Energia realizou em Brasília, no final de outubro, uma rodada de discussões sobre o Sistema de Transposição de Peixes – STP da UHE Belo Monte. O evento contou com a participação de dez instituições convidadas, inclusive o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), que expuseram suas experiências e conhecimentos sobre sistemas similares. O STP está sendo construído próximo à barragem do sítio Pimental, onde ficará a Casa de Força Complementar da Usina Hidrelétrica Belo Monte, em atendimento às condicionantes do Projeto Básico Ambiental.</p> <p>O sistema tem como objetivo permitir a passagem de peixes da região de jusante (abaixo) da barragem para montante (acima). O Sistema de Transposição de Peixes que será implementado na UHE Belo Monte vem sendo discutido desde 2007, quando foi criado um grupo de trabalho para elaborar o projeto do STP da hidrelétrica.</p> <p>Os estudos levam em consideração as características da região, que tem na pesca artesanal e esportiva um dos maiores eventos populares e de incremento na cadeia alimentar. Os resultados até agora obtidos nos monitoramentos do PBA, especialmente a ictiofauna local (peixes), fornecerão informações imprescindíveis para a operação do Sistema de Transposição de Peixes. De acordo com a consultora ambiental do projeto, Valéria Saracura, “essas informações vão orientar a elaboração do Plano de Ação para o STP da Usina Hidrelétrica Belo Monte, em fase atual de discussão com os especialistas e colaboradores da Norte Energia”.</p>	Ambiental	Blog da Hidrelétrica de Belo Monte http://blogbelomonte.com.br/6/11/2013

Fonte: elaboração própria

O item 1 do quadro 04 expressa a preocupação e a emergência quanto ao impacto que a UHE de Belo Monte ocasionará na ictiofauna da Volta Grande do Xingu e, conseqüentemente, no estilo de vida da população ribeirinha da região.

Em entrevista para a *Folha de S. Paulo*, exposta no item de número 2 do relatório sombra apresentado no quadro 04, o responsável pela gestão ambiental da Norte Energia, Antônio Neto, admite que não se pode saber o que realmente irá acontecer com a queda da

vazão média nas cheias do rio, pelo fato de a maioria dos projetos nesse sentido serem de caráter experimental.

Já o item 3 do relatório sombra evidencia os avanços na discussão dos projetos de mitigação dos impactos ambientais da construção da UHE de Belo Monte, nesse caso, o sistema de transposição de peixes. Porém deixa mais claro esse caráter experimental.

O quadro 06 traz as informações divulgadas pela Norte Energia S.A. quanto às mitigações dos impactos



A Utilização do Shadow e do Silent Reports Como Instrumentos de Evidenciação das Informações Socioambientais: O Caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte

ocasionados na ictiofauna por conta da construção da UHE de Belo Monte.

Quadro 06 - *Silent Report* das mitigações dos impactos ocasionados na ictiofauna

Nº	<i>Silent Report</i>	Natureza	Referência
1	<p>Uma iniciativa importante é direcionada à conservação da ictiofauna e ao estudo sobre a pesca na Volta Grande do Xingu. O projeto incentivado pela Norte Energia resultará na construção de dois laboratórios no campus da Universidade Federal do Pará (UFPA), em Altamira, um deles já em andamento, com previsão de conclusão no final do primeiro semestre de 2014.</p> <p>À parte da implantação desses dois laboratórios, foram iniciados em 2013 e encontram-se em curso, patrocinados pela Norte Energia, experimentos voltados a espécies de peixes ornamentais nos Laboratórios de Reprodução e Cultivo de Espécies Ornamentais (IFPA, campus Castanhal) e do Centro de Estudos Ambientais (CEA – NE).</p> <p>Em fevereiro de 2013, a Companhia iniciou o Projeto de Biotelemetria de Peixes, que tem por objetivo estudar as rotas migratórias de peixes comercialmente importantes, de modo a mitigar os efeitos da construção do barramento da Usina sobre a movimentação e reprodução dessas espécies. Até outubro de 2013, 196 peixes foram marcados e estão sendo rastreados pelos pesquisadores, ressaltando-se que, desses indivíduos marcados, um total de 132 foi registrado pelo menos uma vez após a soltura.</p>	Ambiental	Norte Energia S.A. (Relatório Anual de Administração 2013) http://norteenergiasa.com.br/31/12/2013
2	<p>Os pescadores de Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Porto de Moz e Gurupá contarão com uma estrutura adequada para o embarque e desembarque e armazenamento do pescado acompanhado de uma fábrica de gelo. Já em Altamira, será construído o Centro de Integração de Pesca Artesanal (Cipar), ao lado do futuro Mercado de Peixe, ambos parte de um projeto mais amplo que tem como principal meta a revitalização de toda a orla da cidade.</p> <p>Junto com os pontos de embarque e desembarque, estas cidades também receberão um salão comunitário com capacidade para 80 pessoas que será utilizado como sede dos profissionais que integram a colônia de pescadores, em cada município. Entre os dias 09 e 30 de setembro de 2013, técnicos e especialistas da Norte Energia, empresa responsável pela instalação e operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, visitarão as cidades de Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Porto de Moz e Gurupá para analisar a dimensão e amplitude de cada construção a partir da produção do pescado e quantidade de trabalhadores que vivem dessa atividade, em cada município.</p>	Social	Norte Energia S.A. http://norteenergiasa.com.br/7/8/2013

Fonte: elaboração própria

O item número 1 do relatório silencioso exposto no quadro 05 foi retirado do trecho do Relatório Anual de Administração de 2013 divulgado pela Norte Energia S.A. e mostra o desenvolvimento dos projetos previstos pelo PBA. Pode-se concluir esse caráter experimental comentado no relatório sombra. Percebe-se também o alto grau de dependência da população ribeirinha em relação a esses projetos, já que a criação e reprodução de peixes ornamentais irão ficar a critério dos laboratórios, tanto quanto o projeto que prevê a pesca sustentável da região. A população ribeirinha perde a autonomia de sua sustentabilidade.

As obras da UHE de Belo Monte já estão em andamento desde 2011 e os projetos de mitigação dos impactos ambientais na ictiofauna da região estão ainda em fase de construção e estudos, o que vem gerando grandes embates com a população local, ribeirinha e indígena que já sentem o impacto no seu estilo de vida e sustento com os andamentos da construção da UHE de Belo Monte. Não foram encontrados outros tipos de informações nesse âmbito nos meios de comunicação da Norte Energia S.A., bem como em seus relatórios administrativos e financeiros.

Diferentemente da empresa analisada por Hamling *et al.* (2006), a Norte Energia S.A. deixa clara



A Utilização do Shadow e do Silent Reports Como Instrumentos de Evidenciação das Informações Socioambientais: O Caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte

sua suposta preocupação quanto ao meio ambiente e a sociedade que a cerca, mas, ao analisar as informações do *shadow* e do *silent reports* quanto ao impacto da ictiofauna da região, percebe-se uma divergência de interesses entre *stakeholder* e empresa.

Crescimento Populacional do município de Altamira

A construção da UHE de Belo Monte tem em sua área de influência 11 municípios, mas nenhum está sendo mais afetado que Altamira e um dos maiores impactos sociais é o efeito de migração ocasionado pela construção da usina. O quadro 7 representa o relatório sombra quanto ao crescimento populacional de Altamira.

Quadro 07 - *Shadow Report* do crescimento populacional do município de Altamira

Nº	Shadow Report	Natureza	Referência
1	A população da cidade, que era de quase 100 mil pessoas no Censo de 2010, saltou para pelo menos 140 mil. O número total de operários previstos para o pico da obra era de 18 mil, porém chegou a 25 mil neste segundo semestre.	Social	Folha de S. Paulo http://www.folha.uol.com.br/16/12/2013
2	<p>Altamira passa agora por uma nova fase. A recente migração de interessados em busca de emprego e de empreendedores que planejam investimentos decorrentes da construção da usina tem feito a população crescer substancialmente. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o município tem 99 mil habitantes, mas os dados da prefeitura indicam cerca de 140 mil moradores. O prefeito Domingos Juvenil Nunes de Sousa (PMDB) acredita que esse número se deve à hidrelétrica. A oferta de emprego traz gente de todo o Brasil em busca de trabalho. Esse aumento populacional, por outro lado, trouxe sérios problemas ao município, que conta com pouca infraestrutura nas áreas de saúde, educação e saneamento básico.</p> <p>A cidade não tem sistema de esgoto e menos de 40% da população possui acesso ao abastecimento de água. Segundo o prefeito, esta água também não é de qualidade. “Agora que está sendo feita uma revitalização da rede, para que chegue água potável à população”, afirma. Entre as condicionantes impostas pelo Plano Básico Ambiental (PBA) da UHE Belo Monte, de responsabilidade da empresa Norte Energia, está a construção de 100% do sistema de esgoto e abastecimento de água no município.</p>	Social	Prefeitura de Altamira http://altamira.pa.gov.br/29/08/2013

Fonte: elaboração própria

De acordo com pesquisa do Data Folha, exposto na reportagem do item número 1 do relatório sombra presente no quadro 7, a população de Altamira cresceu quase 40% em apenas quatro anos. Pode-se dizer que esse crescimento populacional desenfreado é o que mais gera impactos sociais quanto ao empreendimento da Norte Energia S.A.

Essa informação é corroborada pelo que é divulgado pela prefeitura de Altamira no item 2 do relatório sombra exposto no quadro 7. O último censo feito pelo IBGE foi realizado em 2010, um ano antes de as obras da UHE de Belo Monte começarem. Ainda de

acordo com o item 2 do quadro acima, esse crescimento desenfreado da população do município de Altamira trouxe sérios problemas por conta da falta de infraestrutura da cidade, onde não existe sistema de esgoto e apenas 40% da população é contemplada com abastecimento de água.

Não foi encontrada nenhuma divulgação por parte da Norte Energia S.A. em relação ao crescimento demográfico de Altamira entre os dias 01/01/2013 e 31/12/2013. Porém, em 03/09/2014 a empresa divulgou a seguinte informação disposta no relatório silencioso do quadro 08.



A Utilização do Shadow e do Silent Reports Como Instrumentos de Evidenciação das Informações Socioambientais: O Caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte

Quadro 08 - *Silent Report* do crescimento populacional do município de Altamira

N ^o	<i>Silent Report</i>	Natureza	Referência
1	<p>O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou as projeções de crescimento populacional dos mais de cinco mil municípios brasileiros em 2014. Em Altamira, principal cidade da área de influência da Usina Hidrelétrica Belo Monte, a população cresceu exatos 7.693 em 2014 quando comparada aos números de 2010.</p> <p>O Censo de 2010 do IBGE contabilizou 99.075 moradores no município. Na estimativa de crescimento de 2014, o Instituto informou o número de 106.768 moradores. O principal centro urbano da região da UHE Belo Monte está fora da lista de cidades paraenses com maior crescimento populacional, como Anapu, Parauapebas, Tailândia e Ipixuna do Pará.</p> <p>A Norte Energia, responsável pela construção da Hidrelétrica, contribui com o desenvolvimento da região por meio da implantação de equipamentos públicos como escolas, hospitais, postos de saúde, sistemas de coleta e tratamento de esgoto, redes de água tratada, aterros sanitários, entre outros.</p>	Social	Norte Energia S.A. http://norteenergiasa.com.br/ 03/09/2014

Fonte: elaboração própria

A informação do item 1 do relatório silencioso exposto no quadro 07 não condiz com as informações divulgadas no relatório sombra do quadro 06. Baseando-se em uma projeção de crescimento populacional divulgado pelo IBGE, a Norte Energia S.A. afirma que a população de Altamira cresceu 7.693 de 2010 para 2014.

O documento emitido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que explica a metodologia adotada para se fazer a projeção anual dos municípios do Brasil diz o seguinte:

As estimativas da população residente para os municípios brasileiros, com data de referência em 1º de julho de 2014, foram elaboradas a partir da projeção para cada estado, incorporando os resultados dos parâmetros demográficos calculados com base nos resultados do Censo Demográfico 2010 e nas informações mais recentes dos registros de nascimentos e óbitos. Os totais populacionais dos municípios, enumerados pelos Censos Demográficos 2000 e 2010, foram ajustados linearmente, utilizando-se o fator de ajuste aplicado nestes anos em cada Unidade da Federação. Esses totais populacionais municipais, em 2000 e 2010, serviram de base para o estabelecimento da tendência de crescimento de cada município no cálculo das estimativas municipais, com data de referência em 1º de julho de 2014 (IBGE, 2014 p. 4).

O que se pode entender pelo documento emitido pelo IBGE, que o cálculo da projeção de crescimento demográfico dos municípios do Brasil se utiliza um fator de ajuste, fator esse calculado levando em consideração o comportamento do crescimento populacional entre um censo e outro, no caso para 2014,

esse fator foi calculado utilizando como base o crescimento populacional entre o censo de 2000 e 2010.

Pode-se concluir que, talvez, a construção da UHE de Belo Monte e a migração de pessoas para suas áreas de influência, principalmente para a cidade de Altamira, não foi incluída no cálculo da estimativa de crescimento populacional desse município, o que gera essa discrepância entre o relatório sombra e o relatório silencioso.

Vale ressaltar que se tentou entrar em contato com pessoas dentro do IBGE responsáveis por esse cálculo e até o fim deste trabalho não se obteve resposta.

Tal resultado evidencia a lacuna que existe entre a percepção da realidade pelos *stakeholders* e a Norte Energia S.A. É clara a seleção de informação favorável por parte da Norte Energia S.A. no que diz respeito ao crescimento populacional do município de Altamira. O relatório sombra e silencioso apresentado nesta seção deixa evidente a crítica tida pela literatura quanto à seleção de informações ambientais positivas e omissão de informações negativas da performance ambiental no que diz respeito à evidenciação voluntária (Collison *et al.*, 2010; Moreira, 2012; Pereira, Luz & Carvalho, 2015).

O relatório sombra e o relatório silencioso que trata do crescimento populacional do município de Altamira cumprem com seu objetivo de dar voz a outros atores e quebrar a hegemonia do relatório socioambiental corporativo que configuram a realidade atual, como acusam Bebbington *et al.* (2007) e Dai (2010).



CONCLUSÃO

Atendendo à demanda cada vez maior de informações socioambientais mais precisas por parte dos *stakeholders*, pesquisadores em Ciências Contábeis, por meio dos esforços de seus pesquisadores e entidades interessadas, estão desenvolvendo ferramentas e métodos para atender a essa demanda.

O *shadow* e *silent reports* foram intuídos para ajudar e aperfeiçoar a divulgação da informação socioambiental por parte das entidades. O primeiro utiliza informações de terceiros e o segundo, informações da entidade objeto em questão, com o intuito de diminuir o *gap* de informações entre a organização e a sociedade que a cerca. Além de auxiliar no combate do discurso hegemônico dos relatórios socioambientais corporativos tipos na configuração atual (Bebbington *et al.*, 2007; Dai, 2010).

Levando em consideração essa demanda por parte dos *stakeholders* e impactos socioambientais gerados pela construção e funcionamento de uma hidrelétrica, este trabalho teve como objetivo analisar as informações socioambientais divulgadas pela empresa Norte Energia S.A., a partir da construção de uma proposta de *shadow* e *silent reports*. Foram selecionados os seguintes pontos para análise: o tratamento das contingências socioambientais; mitigação dos impactos ambientais – o impacto na ictiofauna (peixes) da Volta Grande do Xingu; e crescimento populacional do município de Altamira. Limitou-se um corte temporal de janeiro de 2013 a dezembro de 2013, com exceção de uma informação extraída em 03 de setembro de 2014, utilizada como mencionado na sessão 3 deste trabalho.

O relatório sombra mostra alguns dos processos movidos pelo MP/PA contra a empresa Norte Energia S.A. Ao se comparar com o relatório silencioso, percebe-se o reconhecimento desses processos na Demonstração Financeira de exercício social de 31 de dezembro de 2013, de acordo com as normas brasileiras de contabilidade. O relatório sombra e silencioso, construídos para essa conta, desempenham o seu papel e demonstram ao usuário o tratamento que a empresa empreende às suas contingências socioambientais. Pode-se afirmar que houve um *gap* menor de informação entre *stakeholder* e a Norte Energia S.A. por conta da obrigatoriedade tida pelo CPC 25 para a divulgação de ativos e passivos contingentes, mesmo os de caráter socioambiental. Por mais que a evidenciação socioambiental no Brasil seja exclusivamente voluntária (Rover *et al.*, 2012), as exigências do CPC 25 quanto à divulgação das contingências atribui certo caráter compulsório às contingências socioambientais e a associação de alguns itens do relatório sombra ao relatório silencioso justifica a defesa da divulgação obrigatória tida por Maltby (1997) e Levy *et al.* (2010).

Nesta pesquisa foram reunidas informações que demonstram o impacto que a população de peixes vem sofrendo com a construção da UHE de Belo Monte, e consequentemente os indivíduos que dependem da mesma para sua sobrevivência, bem como o caráter dos projetos desenvolvidos pela Norte Energia S.A. para a mitigação desses impactos. O caráter experimental desses projetos de mitigação é o que mais preocupa os principais indivíduos atingidos por esses impactos, pois existe uma grande incerteza se tais projetos darão resultado ou não, ainda mais contando-se com a grande diminuição da vazão do volume de água no período das cheias. A construção do relatório sombra e silencioso cumpre seu papel no momento em que consegue fazer a ligação das informações de um para o outro e demonstrar mais conclusivamente esse caráter experimental dos projetos. Diferentemente da empresa estudada por Hamling *et al.* (2006), a Norte Energia S.A. discursa sempre a favor do meio ambiente e da sociedade que a cerca, porém, percebe-se uma diferença de interesses dos *stakeholders* e da empresa quanto às medidas de mitigação dos impactos da ictiofauna da Volta Grande do Xingu.

Além disso, o relatório sombra mostra um crescimento populacional de 40% de 2010 até o final de 2013 no município de Altamira, a cidade que foi mais atingida pela construção da UHE de Belo Monte na área de influência direta da usina. Já o relatório silencioso mostra um crescimento um pouco menor de 8% de 2010 até junho de 2014. A Norte Energia S.A. utilizou-se de uma projeção de crescimento populacional desenvolvida pelo IBGE para informar o crescimento do município de Altamira. Analisando a metodologia utilizada para o desenvolvimento dessa projeção, não se percebe a influência da construção da UHE de Belo Monte nos cálculos do IBGE, e sim uma relação direta do comportamento do crescimento populacional entre o censo de 2000 e de 2010. A construção da UHE de Belo Monte teve início em 2011, o que pode ter gerado resultados enviesados nos cálculos do IBGE. Esse ponto da análise é onde ficou mais evidente toda a lacuna entre a informação tida pelo *stakeholder* e a informação divulgada pela entidade. Fica em foco a seleção de informação favorável por parte da Norte Energia S.A. nessa situação, o que corrobora as afirmações de Collison *et al.* (2010), Moreira (2012) e Pereira, Luz & Carvalho (2015) quanto à divulgação de informações positivas e ao caráter favorável para a entidade em detrimento e omissão de informações negativas e de caráter desfavorável.

O desalinhamento de informações encontrado neste estudo é semelhante ao de Moreira (2012), em respeito à tendência de divulgação socioambiental de informações caráter positivo por parte das empresas. Isso aponta para um comportamento semelhante do gestor no que tange à decisão sobre a evidenciação



voluntária de aspectos socioambientais. Este estudo contribui para os achados de Gibson *et al.* (2001), Hamling *et al.*, (2006), Zikri (2009), Dai (2010) e Moreira (2012), pois foram construídos um relatório sombra e um relatório silencioso a fim de atender a diversos *stakeholders* e contribuir com a transparência da evidenciação ambiental e social e a diminuição da lacuna da informação tida pela sociedade e a divulgada pela entidade, assim como o trabalho desses autores.

Acredita-se que o presente trabalho atingiu seu objetivo de analisar as informações socioambientais divulgadas pela empresa Norte Energia S.A., a partir da construção de uma proposta adaptada do *shadow* e *silent reports*. Dessa maneira diminuindo a lacuna existente entre as informações tidas pelos *stakeholders* e as divulgadas pela entidade. Além de representar uma força alternativa de informação contra essa seleção de “boas notícias” preconizadas por Gibson *et al.* (2001), Bebbington *et al.* (2007), Dey (2003), Ruffing (2007), Dai (2010), Collison *et al.* (2010) e Moreira (2012).

Para futuros estudos sugere-se explorar outros fatores socioambientais e impactos socioambientais gerados pela UHE de Belo Monte, como em outras empresas brasileiras.

Além de deixar sua contribuição, este trabalho deixa como sugestão para futuras explorações acadêmicas a compilação de relatórios sombra e silencioso de outros pontos de impactos socioambientais acarretados pela UHE de Belo Monte, pois os projetos de mitigação dos mesmos são os mais ambiciosos que já se viu na construção de uma hidrelétrica, além de incentivar esse tipo de exploração para outras empresas nacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Azzone, G., Brophy, M., Noci, G., Welford, R., & Young, W. (1997). A stakeholders' view of environmental reporting. *Long Range Planning*, 30(5), 699-709.

Bebbington, J., Brown, J., Frame, B., & Thomson, I. (2007). Theorizing engagement: the potential of a critical dialogic approach. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 20(3), 356-381.

Beck, A. C., Campbell, D., & Shrives, P. J. (2010). Content analysis in environmental reporting research: Enrichment and rehearsal of the method in a British-German context. *The British Accounting Review*, 42(3), 207-222.

Collison, D., Dey, C., Hannah, G., & Stevenson, L. (2010). Anglo-American capitalism: the role and potential role of social accounting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 23(8), 956-981.

Dai, B. (2010). *Investigating the impacts of shadow reports on the social and environmental reports of their targeted corporations* (Master dissertation, Auckland University of Technology).

Dey, C. (2003). Corporate “silent” and “shadow” social accounting. *Social and Environmental Accountability Journal*, 23(2), 6-9.

Fearnside, P. M. (2010). As hidrelétricas de Belo Monte e Altamira (Babaquara) como fontes de gases de efeito estufa. *Novos Cadernos NAEA*, 12(2), 5-56.

Gibson, K., Gray, R., Laing, Y., & Dey, C. (2001, August). The Silent Accounts Project: Draft Silent and Shadow Accounts 1999-2000. In *BAA Scottish Group Conference, Stirling*. Disponível em <<https://www.st-andrews.ac.uk/csear/>>.

Hahn, R., & Kühnen, M. (2013). Determinants of sustainability reporting: a review of results, trends, theory, and opportunities in an expanding field of research. *Journal of Cleaner Production*, 59, 5-21.

Hamling, A., Kololian, C., Lloyd, Z.; Yuill, Z. (2006). Silent and Shadow Report: RyanAir. *University of St Andrews*. Disponível em http://www.st-andrews.ac.uk/media/csear/app2practice-docs/CSEAR_ryanair2007.pdf.



A Utilização do Shadow e do Silent Reports Como Instrumentos de Evidenciação das Informações Socioambientais: O Caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte

- Holland, L., & Foo, Y. B. (2003). Differences in environmental reporting practices in the UK and the US: the legal and regulatory context. *The British Accounting Review*, 35(1), 1-18.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2014). *Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de Referência em 1º de julho de 2014*. Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/nota_metodologica_2014.pdf.
- Leite, M., Amora, D., Kachani, M., Almeida, L., & Machado, R. (2013, Dezembro 16). A batalha de Belo Monte. *Folha de S. Paulo*. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/especial/2013/belomonte/>
- Levy, D. L., Brown, H. S., & De Jong, M. (2010). The Contested politics of corporate governance the case of the global reporting initiative. *Business & Society*, 49(1), 88-115.
- Lins, L. D. S., & Silva, R. N. S. (2010). Responsabilidade Socioambiental ou Greenwash: uma avaliação com base nos relatórios de sustentabilidade ambiental. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 4(1).
- Maltby, J. (1997). Setting its own standards and meeting those standards: voluntarism versus regulation in environmental reporting. *Business Strategy and the Environment*, 6(2), 83-92.
- Monteiro, S. (2007). Factores explicativos do grau de divulgação ambiental em grandes empresas a operar em Portugal: análise multivariada. *Conocimiento, innovación y emprendedores: camino al futuro*, 1005-1023.
- Moreira, F. N. (2012). *Shadow Report: A informação socioambiental à sombra do disclosure contábil no setor elétrico*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil).
- Pereira, F. E., Moraes Luz, J. R., & Carvalho, J. R. M. (2015). Evidenciação das Informações Ambientais das Empresas do Setor de Energia Elétrica do Brasil. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 3(2), 60-72.
- Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2003). Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*, 3, 76-97.
- Ribeiro, A. M. (2009). *Evidenciação Ambiental: uma investigação transnacional dos reflexos de diferentes marcos regulatórios sobre as práticas de evidenciação ambiental das empresas do setor de petróleo e gás natural*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, SC, Brasil).
- Rosa, F. S., Ensslin, S. R., Ensslin, L., & Lunkes, R. J. (2011). Gestão da evidenciação ambiental: um estudo sobre as potencialidades e oportunidades do tema. *Engenharia Sanitária Ambiental*, 16(1), 157-166.
- Rosa, L. P., Sigaud, L., & Rovere, E. L. (1995). *Estado, energia elétrica e meio ambiente: o caso das grandes barragens*. COPPE.
- Rover, S., Tomazzia, E. C., Murcia, F. D. R., & Borba, J. A. (2012). Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. *Revista de Administração*, 47(2), 217-230.
- Ruffing, L. (2007). Silent vs. shadow reports: What can we learn from BP's sustainability report versus the financial times? *Social and Environmental Accounting Journal*, 27(1), 9-16.
- Sousa, W. L. (2000). *Impacto ambiental de hidrelétricas: uma análise comparativa de duas abordagens* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil).
- Zhou, A., & Teixeira, R. (2007). Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das hidrelétricas. *Ambiente e Sociedade*, 119-135.
- Zikri, M. (2009). Silent and Shadow Account of Freeport Indonesia. *MSc-Business with Management*.